



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO CEU DAS ARTES EM PADRE VIEGAS, DISTRITO DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO (08-03-2018)

No dia oito de março de dois mil e dezoito, na dependência do salão comunitário, situado Praça do Rosário s/n, ao lado da igreja matriz Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Padre Viegas, em Mariana, Minas Gerais. Estiveram presentes secretários municipais e representantes do Legislativo, funcionários, técnicos, representante da empresa 3T, Sr. Júlio César Silva Matos. A Audiência Pública foi realizada em atendimento ao Requerimento nº269/2017, de autoria dos vereadores Deyvson Ribeiro, Bruno Mol, José Jarbas Ramos Filho, Daniely Cristina Souza Alves, Antônio Marcos Ramos de Freitas, Marcelo Macedo, Cristiano Silva Vilas Boas e Juliano Vasconcelos Gonçalves, para debaterem questões relacionadas à situação da implementação do Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU das Artes, no distrito de Padre Viegas. Os trabalhos foram abertos pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Mariana e um dos autores do requerimento, Senhor Vereador Deyvson Ribeiro, que cumprimentando a todos, ressaltou a importância da realização da audiência e acrescentou que serão debatidos os problemas enfrentados para a implantação do projeto no distrito. A seguir, passou a palavra para os membros da mesa para fazerem suas considerações. O senhor Junior Eduardo Nonato, presidente da associação de moradores do distrito - após cumprimentar toda a mesa - relata a importância da implantação do CEU das Artes, que é de suma importância trazer esse assunto à tona, eles não param de lutar pela causa e que espera que após essa audiência os encaminhamentos sejam efetivados. O vereador Juliano conta como foi um trabalho árduo conseguir a verba de mais de um milhão do governo federal para a construção da obra e que agora está impedida por meios jurídicos. O vereador Bruno afirmou que espera no mínimo um esclarecimento do que aconteceu, pois é a segunda vez que isso acontece e mesmo havendo uma ação judicial a população precisa de uma resposta. O vereador Cristiano se colocou à disposição para ajudar e que era de extrema importância a mobilização, até mesmo porque Padre Viegas será uma referência mundial. O vereador Marcelo preferiu deixar para se manifestar após as explicações das autoridades, pois existe uma ação judicial. A procuradora municipal, Inez Nezolda, disse que o município tem buscado com muito esforço uma resposta do judiciário muitas das vezes não dependem apenas da procuradoria, dependendo também do judiciário. A seguir, o presidente da mesa de trabalhos passou as informações e as regras para o debate. Com a palavra, a procuradora Inez explicou que o processo teve início em março ou abril do ano passado. Dentro do processo licitatório, sai uma empresa vencedora que através deste deu-se início a parte documental para início dos trabalhos. Em meados de julho do ano passado, já com a empresa vencedora, o executivo encaminhou à Caixa Econômica a empresa, para que fossem feitos os repasses. E para surpresa, receberam uma ligação da Caixa que não aprovava o contrato firmado, pois a reavaliação da planilha de caixa havia um erro. A Caixa descobriu que havia uma célula inteira incorreta e se recusou a fazer o repasse devolvendo ao município. Sendo assim, começou um processo administrativo e informou que uma das empresas se viu no direito de discutir a questão na justiça. O município mostrou para o judiciário que não teria como consertar. Desse modo, por medo do dinheiro não ficar disponível por muito tempo, a procuradoria fez uma reunião junto ao setor de planejamento e à Caixa Econômica, conseguindo prorrogar o prazo até o dia 30/12/2018 para ter acesso ao recurso do governo federal. Agora tem-se que correr



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

para fazer que o processo se desenvolva. Recentemente, a procuradoria conseguiu que o processo seja pautado e julgado agora no mês de abril. O vereador Juliano perguntou quais foram as empresas participantes do processo licitatório. Segundo a procuradora Inez foram: D'Áustria Engenharia e Comércio LTDA; Designer Serralheria e Construções LTDA; Ribeiro Alvim Engenharia LTDA e a 3T Logística e Equipamentos LTDA. Com a palavra, o presidente da associação de moradores do distrito perguntou à procuradora se existe a possibilidade de um recurso após o julgamento. A procuradora respondeu que infelizmente sim, e que esse é um problema do judiciário, há três instâncias para o município enfrentar; O vereador Juliano questionou qual teria sido o problema detectado pela Caixa, e o vereador Deyvson completa querendo saber se foi detectada pela comissão de licitação porque mesmo assim foi enviado para a Caixa, mesmo sabendo do problema existente na planilha. O Secretário de Planejamento e Gestão, Marlon Figueiredo, explicou que o problema partiu diretamente da empresa onde o arquivo com as planilhas enviado havia um erro de valores, o valor final era diferente do valor global. No edital constava que em caso de diferença de valores seria mantido o valor unitário e não o global, sendo assim a empresa caiu de primeiro colocada para terceiro, e assim, foi garantido a essa empresa todos os direitos de recurso. O vereador Bruno ressaltou que teme que o processo judiciário se estenda até a terceira instancia fazendo com que perca os prazos estipulados e como consequência venha a perder a verba. O vereador relatou também sobre uma conversa que ele escutou sobre privilégios durante o processo licitatório onde a primeira empresa vencedora não tenha tida oportunidade de corrigir o erro na planilha, mas a segunda empresa tenha tido esse privilégio. O secretário Marlon explica que há uma diferença muito grande entre o replanilhamento e o recálculo. A primeira colocada teve o recálculo e a tornou a terceira melhor e a 3T que tinha menor proposta após o recálculo deixou ela ainda mais baixo levando ela para o primeiro lugar. Sr. Arlindo Diório questionou se o prazo de 31/12 é para início das obras ou para o término. O secretário Marlon e a procuradora Inez afirmaram que esse prazo é para o início da obra. O vereador Deyvson questionou se eles possuem essas datas e prazos documentados. Sr. Arlindo perguntou se após o início das obras segue o prazo de dois anos para término. O secretário Marlon disse que após a reunião que tiveram, ficou entendido que a culpa não era da comunidade e nem do município, e sim de uma situação jurídica criada pelas partes. E que possuía sim todas as prorrogações do contrato que está disponível caso alguém queira ter acesso. Sr. Marlon disse que irá encaminhar toda essa documentação e o processo licitatório para a comissão de obras da Câmara Municipal e para a comunidade. E os pagamentos serão feitos de acordo com o cronograma da obra. Sra. Eva Antônia Cota questionou o erro de não ter sido detectado pela comissão, como não deu falta de uma laje em um projeto? Esse erro deveria ter sido detectado antes de ser encaminhado para a Caixa, caso perca o recurso, quem será responsabilizado? A procuradora Inez assinalou que o andamento de um processo judiciário independe do município, o qual não se agrada da situação e que está buscando meios para não perder o convênio. O vereador Bruno ressaltou a fala da senhora Eva, a Caixa identificou um erro que deveria ser identificado no período da licitação, sendo assim o erro começou de dentro da prefeitura. O secretário Marlon disse que a questão não é de estar faltando uma laje, e sim da laje estar lá mais não ser contabilizada, houve o erro detectado pela Caixa, se o erro fosse percebido pela prefeitura, o direito de entrar com recurso seria dela. O transtorno não foi ocasionado pela detecção pela Caixa, se fosse pela comissão haveria o mesmo recurso. O vereador Bruno disse que se a comissão tivesse detectado poderia haver um acordo. Agora o vereador saíra da audiência tendo a certeza de que o erro aconteceu dentro da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

prefeitura. A probabilidade de perda do recurso é muito grande, e o projeto não está instalado por erro da prefeitura. O vereador perguntou se saberiam dizer onde ocorreu o erro e solicitou ao presidente que seja feita uma apuração para saber quem foi que errou, pois foi mais um erro grosseiro dessa administração. O secretário Marlon ressaltou que não o cabia dizer quem errou e apontar o erro. Ele passará o processo e cabe aos presentes analisarem, estando à disposição de todos para consulta, cópia e análise. Após os debates e esclarecimento de todas as dúvidas apresentadas para a mesa de trabalhos, foram analisados pelos presentes. O vereador Bruno acredita que essa verba não irá sair mais, os prazos não batem por ser período eleitoral, impossibilitando a liberação da mesma. Terminados os debates, A procuradora Inez se comprometeu a tentar agilizar ainda mais esse projeto e que sobre a questão eleitoral, ela acredita que não interferirá uma vez que o recurso vem de um convênio. E o que vai acontecer daqui para frente é uma questão já assinada. O vereador Cristiano sugeriu tentar junto à Fundação Renova que se inclua o projeto do CEU das Artes em seus projetos e o Sr. Júnior agradeceu a presença de todos, e a transparência do Marlon. Em seguida, o vereador Deyvson agradeceu a presença de todos e pediu tranquilidade para a comunidade, pois toda a documentação será analisada e deu por encerrada a Audiência, sendo lavrada a presente ata assinada pelas pessoas presentes, em lista de presença própria.

infant